

HABEAS CORPUS Nº 558.986 - SP (2020/0019196-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : BRUNA CARLA SIMEAO OLIVEIRA
ADVOGADO : BRUNA CARLA SIMEÃO OLIVEIRA - SP420848
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS BALBINO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS BALBINO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Processo n. 2020.0000026472).

O paciente foi preso em flagrante em razão da suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006. A prisão foi convertida em preventiva.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a soltura do paciente, a ordem foi denegada (e-STJ fls. 48/51).

No presente *writ*, a defesa requer a revogação da prisão preventiva do paciente, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, alegando, para tanto, inexistir justificativa idônea para a segregação antecipada.

Liminar indeferida à e-STJ fl. 54.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 76/80).

É o relatório.

Decido.

Pois bem. Informações extraídas do endereço eletrônico do Tribunal de origem noticiam a superveniência, em 18/3/2020, de sentença condenatória em desfavor do ora paciente.

Assim, fica sem objeto este *writ* à vista da superveniência de novo título a embasar a custódia, não submetido a pronunciamento do Tribunal de origem.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE MANTENHA A CUSTÓDIA CAUTELAR. NOVO TÍTULO. PREJUDICIALIDADE DO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Cediço que não cabe a interposição de embargos de declaração contra decisão monocrática que julga prejudicado recurso, mas, em consonância ao princípio da fungibilidade recursal, há que se receber esta irresignação como agravo regimental.

2. Prevalece no âmbito da Sexta Turma desta Corte o entendimento no sentido de que constitui novo título a expedição de sentença condenatória que mantenha a custódia preventiva, mesmo que não lance mão de novos fundamentos para a manutenção daquela. Precedentes.

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. (EDcl no RHC 78.448/MG, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 23/03/2017, grifei.)

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator